

Estatuto ontológico da subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural e lukácsiana

The Ontological Status of Subjectivity from a Historical-Cultural and Lukácsian Perspective

Estatuto ontológico de la subjetividad desde una perspectiva histórico-cultural y lukácsiana

Guilherme Wagner¹

RESUMO

O presente trabalho discute o estatuto ontológico da subjetividade a partir de uma perspectiva histórico-cultural e lukácsiana, articulando os fundamentos marxistas de Vigotski, Lukács e González Rey. Examina-se a crítica às concepções modernas e pós-modernas que reduziram a subjetividade a fenômenos internos ou meramente discursivos, negando-lhe estatuto ontológico próprio. Do mesmo modo, argumenta-se que, no âmbito da psicologia soviética, a Teoria da Atividade objetivou o psiquismo ao privilegiar a atividade como categoria explicativa central, preservando, em última instância, a dicotomia entre o interno e o externo. Lukács, ao propor uma ontologia do ser social, avançou ao reconhecer a atividade subjetiva no pôr teleológico, mas permaneceu preso à teoria do reflexo. González Rey supera esse limite ao conceber a subjetividade como qualidade simbólico-emocional dos processos humanos, socialmente configurada e historicamente situada. Sua teoria propõe uma lógica configuracional da subjetividade, composta por sentidos subjetivos e configurações subjetivas, que articulam as dimensões individual e social em permanente tensão e reconstrução. A emergência do sujeito ocorre quando indivíduos ou grupos criam vias próprias de subjetivação, podendo ou não promover desenvolvimento subjetivo. A análise culmina na compreensão da subjetividade como dimensão constitutiva do ser social, cuja produção simbólico-emocional integra objetividade e subjetividade, superando dualismos clássicos e possibilitando uma leitura dialética e criadora da experiência humana.

Palavras-chave: Subjetividade; Ontologia; Marxismo; Vigotski; González Rey.

ABSTRACT

This paper discusses the ontological status of subjectivity from a historical-cultural and Lukácsian perspective, articulating the Marxist foundations of Vygotsky, Lukács, and González Rey. It examines the critique of modern and postmodern conceptions that reduced subjectivity to internal or merely discursive phenomena, denying it an autonomous ontological status. Likewise, it argues that, within Soviet psychology, Activity Theory objectified the psyche by

¹ PROFMAT/UFSC; PPGFCET/UTFPR. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1346-7980>. E-mail: guilherme.w@ufsc.br.

privileging activity as its central explanatory category, ultimately preserving the dichotomy between the internal and the external. Lukács, by proposing an ontology of social being, advanced by recognizing the subjective activity in teleological positing, yet remained tied to the theory of reflection. González Rey transcends this limitation by conceiving subjectivity as a symbolic-emotional quality of human processes, socially configured, and historically situated. His theory proposes a configurational logic of subjectivity, composed of subjective senses and subjective configurations that intertwine individual and social dimensions in constant tension and reconstruction. The emergence of the subject occurs when individuals or groups create their own paths of subjectivation, which may or may not promote subjective development. The analysis concludes with an understanding of subjectivity as a constitutive dimension of social being, whose symbolic-emotional production integrates objectivity and subjectivity, overcoming classical dualisms and enabling a dialectical and creative reading of human experience

Keywords: Subjectivity; Ontology; Marxism; Vygotsky; González Rey.

RESUMEN

El presente trabajo discute el estatuto ontológico de la subjetividad desde una perspectiva histórico-cultural y lukácsiana, articulando los fundamentos marxistas de Vigotski, Lukács y González Rey. Se examina la crítica a las concepciones modernas y posmodernas que redujeron la subjetividad a fenómenos internos o meramente discursivos, negándole un estatuto ontológico propio. Asimismo, se argumenta que, en el ámbito de la psicología soviética, la Teoría de la Actividad objetivó el psiquismo al privilegiar la actividad como categoría explicativa central, preservando, en última instancia, la dicotomía entre lo interno y lo externo. Lukács, al proponer una ontología del ser social, avanzó al reconocer la actividad subjetiva en el acto teleológico, pero permaneció vinculado a la teoría del reflejo. González Rey supera este límite al concebir la subjetividad como una cualidad simbólico-emocional de los procesos humanos, socialmente configurada e históricamente situada. Su teoría propone una lógica configuracional de la subjetividad, compuesta por sentidos subjetivos y configuraciones subjetivas, que articulan las dimensiones individual y social en permanente tensión y reconstrucción. La emergencia del sujeto ocurre cuando individuos o grupos crean vías propias de subjetivación, pudiendo o no promover desarrollo subjetivo. El análisis culmina en la comprensión de la subjetividad como dimensión constitutiva del ser social, cuya producción simbólico-emocional integra objetividad y subjetividad, superando dualismos clásicos y posibilitando una lectura dialéctica y creadora de la experiencia humana.

Palabras clave: Subjetividad; Ontología; Marxismo; Vigotski; González Rey.

1 Considerações Iniciais

Na análise histórico-categorial da subjetividade, Delari Junior (2013, p. 35) afirma que ela está “relacionada mais diretamente a discussões propriamente modernas [que o sujeito]”, datando de 1874 a primeira menção a esse termo em língua portuguesa como uma adequação do francês *subjectivité*, que teria derivado

do alemão *Subjektivität*. A questão primordial dessa análise é que a subjetividade emergiu na modernidade, sobretudo nas formulações de Descartes, Kant e Hegel, como expressão da interioridade e da autorreflexão do sujeito. A interioridade passou a ser concebida como o lugar privilegiado para apreender princípios universais da razão e da consciência, ainda que essa concepção mantivesse a subjetividade subordinada à busca de uma universalidade abstrata.

Com Kant a subjetividade, enquanto aquilo referente ao subjetivo, se consolidou como referente a algo interno ao sujeito, intrapsíquico. Na literatura do filósofo prussiano, o subjetivo se refere à autorreflexão do sujeito transcendental que dotado de a *priori's* interpreta o mundo a partir deles. Com Descartes a subjetividade segue o mesmo caminho se articulando a um sujeito do cogito, em contraposição a um sujeito empírico e psicológico afetado pelo corpo. No discurso da modernidade a subjetividade aprisionada no sujeito isolado, em uma espécie de solipsismo kantiano, conforma toda uma visão que influenciou profundamente os estudos marxistas soviéticos sobre o termo que assume toda forma de assentimento à subjetividade como um desvio ao idealismo e subjetivismo.

O objetivo desse artigo é evidenciar o caráter ontológico da subjetividade conforme exposto por Gonzalez Rey e estabelecer um diálogo crítico com a ontologia crítica lukácsiana constituindo uma categoria que consideramos central: as subjetividades sociais estranhadas.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórica de natureza bibliográfica e histórico-categorial, cujo procedimento consiste na reconstrução crítica do desenvolvimento conceitual da categoria subjetividade ao longo de diferentes tradições filosóficas e psicológicas. Compreende-se por análise histórico-categorial o método que busca apreender uma categoria não em sua definição estática, mas em seu movimento de constituição e transformação ao longo do tempo, evidenciando as determinações históricas, teóricas e ideológicas que a conformam em cada contexto de produção. A seleção dos autores e obras analisados obedeceu a um critério de relevância teórica e de continuidade crítica: privilegiaram-se, de um lado, os textos fundadores das concepções modernas e pós-modernas de subjetividade (Descartes, Kant, Husserl, Heidegger, Foucault e Freud), tomados como contraponto às perspectivas materialistas; de outro, as obras centrais da tradição marxista soviética e lukácsiana (Vigotski, Leontiev, Rubinstein e Lukács), por constituírem o núcleo do debate ontológico que o artigo pretende

reconstruir; e, por fim, a obra de González Rey, eleita como referência central por representar, na leitura aqui defendida, a superação crítica dos limites identificados nas formulações anteriores. Complementarmente, recorreu-se a comentadores e intérpretes (Delari Junior, Tertulian, Infranca, Rossato, Mitjans Martínez, entre outros) que permitem situar e problematizar essas leituras no debate contemporâneo. A análise foi conduzida por meio de leitura comparativa e dialética das fontes primárias e secundárias, buscando não a mera justaposição cronológica dos autores, mas a identificação das continuidades, rupturas e insuficiências teóricas que justificam a passagem de uma concepção a outra, culminando na proposição da categoria de subjetividades sociais estranhadas como contribuição original deste trabalho.

Antes de avançarmos na compreensão do estatuto ontológico da subjetividade faz-se mister aprofundar estas diferentes perspectivas nos discursos modernos e pós-modernos.

2 O problema da Subjetividade nas filosofias modernas e pós-modernas

A psicologia behaviorista, fundamentada nos postulados empiristas e positivistas, excluiu a subjetividade de seus estudos sobre a formação do indivíduo (González Rey, 2016). No empirismo, o sujeito era visto como passivo, um mero reflexo da realidade, enquanto o positivismo reduzia o conhecimento à observação e mensuração de proposições objetivas, resultando em uma prática instrumentalista (González Rey, 1997). Tal instrumentalismo gerou uma separação radical entre sujeito e objeto, despersonalizando tanto o pesquisador quanto o investigado: o primeiro apenas aplica instrumentos e o segundo apenas responde, sem que haja verdadeira interação no processo de produção do conhecimento.

Essas concepções consolidaram a hegemonia behaviorista, que interpretava o social como um conjunto de estímulos externos atuando sobre o indivíduo. A subjetividade não era reconhecida como uma categoria ontologicamente autônoma, sendo interpretada a partir das relações entre comportamento e contingências ambientais. Dessa forma, o behaviorismo reduziu o fenômeno subjetivo - ventos internos compreendidos como comportamentos privados submetidos aos mesmos princípios que regulam o comportamento observável - a uma perspectiva naturalista e funcionalista, negando-lhe qualquer estatuto ontológico (González Rey, 2016).

Em contraposição a essa visão mecanicista e quantitativa, emergiram abordagens fenomenológicas, que redirecionaram o foco para os sentidos da experiência vivida pelo sujeito (González Rey, 1997). Para Husserl (1989), a realidade é acessada pela redução fenomenológica, que busca compreender o ser nas formas de significação da consciência. A subjetividade, nesse contexto, é fundada na noção de sujeito transcendental. A fenomenologia rompe com o positivismo ao negar o isomorfismo entre essência e fato, questionando a validade epistemológica da pesquisa quantitativa.

Com Heidegger (2005), a fenomenologia assume caráter hermenêutico e existencial. A experiência humana é interpretada a partir da ação concreta, e o sentido emerge no curso dessa ação. Contudo, a subjetividade permanece limitada ao campo da interpretação, restringindo-se à intersubjetividade e, portanto, sem autonomia ontológica.

As perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas ampliaram essa limitação ao rejeitar as bases modernas da subjetividade. Em Foucault, a subjetividade é entendida como produto das formações discursivas e carece de caráter criador, sendo determinada pelas condições históricas e linguísticas (González Rey, 1997).

Por fim, a psicanálise, embora tenha rompido com o empirismo comportamentalista, manteve um modelo bioenergético de compreensão da psique. Em Freud, a subjetividade é estruturada por invariantes universais e pela sexualidade como princípio organizador, reduzindo o social a mero contexto de expressão pulsional (González Rey, 2016). Assim, mesmo ao reconhecer o dinamismo da psique, a psicanálise freudiana a mantém como entidade interna e individual, desprovida de estatuto ontológico.

3 De Lukács à Gonzalez Rey passando por Vigotski

Antes de avançarmos na investigação ontológica da subjetividade a partir de Lukács, é fundamental entender as posições históricas da subjetividade e da psique sob uma perspectiva marxista. A psicologia cultural-histórica, proposta por Vigotski e conhecida no Brasil como histórico-cultural, representa uma das maiores contribuições do marxismo no século XX para os fundamentos ontológicos da subjetividade. Embora seja comum, especialmente nos estudos brasileiros, considerar a psicologia soviética como uma linha única composta por Vigotski, Leontiev e Luria, pesquisas recentes têm questionado essa visão simplificada da evolução da psicologia soviética (Yasnitsky; Veer, 2015). Entre os avanços da

perspectiva cultural-histórica está a superação da dicotomia entre interno e externo, defendida por Rubinstein, que via o social não como algo externo ao psiquismo, mas como constitutivo deste. Rubinstein (1974) propõe a ideia de refração, que mantém uma relação dialética entre atividade e consciência, sem estabelecer um estatuto ontológico para a subjetividade, mas preservando a unidade entre interno e externo, apesar da refração ser uma característica da própria matéria e não exclusivamente da psique. Vigotski, por sua vez, trouxe uma abordagem inovadora e crítica ao marxismo aplicado à psicologia (Vigotski, 1999). Após sua morte, suas ideias se desdobraram em três principais direções: a Teoria da Atividade (Leontiev), pesquisas sobre personalidade e motivação (Bozhovic) e neuropsicologia (Luria) (Gonzalez Rey, 1997).

A Teoria da Atividade de Leontiev se apoia no conceito de internalização de Vigotski e se desenvolve partindo do mesmo, um termo tomado de um psiquiatra francês, e segundo Gonzalez Rey (1997) dos conceitos menos originais da obra de Vigotski, sendo inclusive um ponto altamente contraditório em todo desenvolvimento intelectual do autor. A questão é que esse conceito foi utilizado para justificar uma interpretação positivista do marxismo sobre a materialidade do psiquismo, sendo que este se convertia desde formas concretas no mundo material exterior, reificando o psiquismo.

Apesar de ser dotado de um sentido objetivista, e de ser um conceito da sua fase instrumentalista (González Rey, 2011), ainda assim Vigotski enfatizava que o externo é reconstruído internamente no processo de internalização: “chamamos a reconstrução interna de uma operação externa de internalização” (Vigotski, 1978, p. 56, tradução nossa). Tanto na refração de Rubinstein quanto na internalização de Vigotski está presente a ideia do reflexo como teoria do conhecimento que constituía uma concepção de identidade qualitativa entre o externo e o interno, entre o material e o ideal. Dessa forma, tudo o que ocorre internamente necessita de influências externas, retirando a capacidade geradora da psique, visto que o reflexo é produção do que ocorre externamente.

Se no princípio da psicologia soviética esta concepção objetivista do marxismo encontrou morada na reflexologia pavloviana, não tardou para que a hegemonia se movesse em direção a Teoria da Atividade centrada precisamente na relação entre o objeto externo e a função psicológica. Segundo Leontiev (1977, p. 181-182, tradução nossa)

É na atividade que ocorre a transição ou “tradução” do objeto refletido na imagem subjetiva, no ideal; ao mesmo tempo, é também na atividade que se realiza a transição do ideal para os resultados objetivos da atividade, seus produtos, para o material. Vista por esse ângulo, a atividade é um processo de intertráfego entre pólos opostos, sujeito e objeto.

E na sequência ratifica que a atividade implica objeto, pois a expressão atividade sem objeto “não tem sentido nenhum” (Leontiev, 1977, p. 182, tradução nossa).

Segundo Gonzalez Rey (2016) até o final da década de 70 a atividade com objetos externos era a forma encontrada pela psicologia soviética de manter sua “objetividade”. Desenvolveu-se nesse período de hegemonia da Teoria da Atividade uma compreensão de que toda formação da consciência se dava de fora para dentro, e como a atividade necessitava de um objeto, o social foi reduzido à relação com o objeto na imediatez do contexto externo do sujeito. Esse reducionismo é demonstrado em um dos trabalhos de uma das principais referências da Teoria da Atividade na educação, quando afirma-se que

A compreensão marxista do psíquico como secundário exige o roteiro do material primário, não só para imagens, como também para as operações psíquicas. [...] Portanto, a atividade psíquica é a atividade externa material modificada. [...] os objetos externos são substituídos por suas imagens, representações e conceitos. (Talizina, 1971 *apud* González Rey, 2016, p. 484).

Este tipo de colocação está ancorado na posição de Leontiev (1983) que afirma que as transições da atividade externa para o interior, e vice-versa, são possíveis pois dividem uma estrutura comum. Afirma de forma mais contundente, estabelecendo um isomorfismo entre as duas, dizendo que “a atividade interna por sua forma, *que se origina a partir da atividade prática externa*, não se separa dela, e sim conserva uma relação fundamental e *bilateral* com a mesma” (Leontiev, 1983, p. 82, tradução e grifos nossos). Perde-se qualquer relação dialética entre interno e externo que existia na concepção unitária de atividade e consciência em Rubinstein. Ao fim e ao cabo, todos os complexos processos de formação da subjetividade humana são fragmentados e expressos em termos da atividade, convertendo esta em uma *supercategoria*. Com a Teoria da Atividade os processos de organização interna da subjetividade foram estudados como expressões da atividade externa observável. Desta forma, o empirismo ganhou força na psicologia soviética, separando os processos cognitivos e afetivos.

Entretanto, com a morte de Stálin e uma abertura à liberdade de polêmica teórica, iniciou-se no fim da década de 50, retornando com mais força no fim da década de 70, uma crítica à atividade como supercategoria e à maneira como esta teoria fora construída, permitindo que escolas até então muito pequenas e isoladas pudessem retomar com alguma força perspectivas de pesquisa que Vigotski iniciou e deixou sem resolução, da mesma forma que foram ignoradas e desmotivadas pela psicologia soviética hegemônica. Nos referimos principalmente a trabalhos de psicólogos soviéticos como Bozhovic, Ananiev, Lomov, Chudnovsky, entre outros que influenciaram o pensamento de Fernando Gonzalez Rey e a leitura contra hegemônica de Vigotski que ele realizou até fundamentar uma teoria da subjetividade, consolidando uma posição ontológica da subjetividade.

Nesse sentido, a Teoria da Atividade não fornece um estatuto ontológico para a subjetividade por derivar todas as posições subjetivas da atividade, sendo essa uma categoria que se mantém na dicotomia interno-externo e reifica o social como imediaticidade contextual dos sujeitos.

A subjetividade durante muito tempo foi vista como um problema idealista na perspectiva marxista, e Lukács (2013), que propõe renovar o marxismo, qualifica essas posições do marxismo como vulgares-mecanicistas por converterem a dimensão subjetiva como epifenômeno da socialidade. Tertulian (1996; 2004) já posiciona que há em Lukács uma fenomenologia da subjetividade em que o autor busca os lineamentos marxistas de uma concepção da subjetividade, enquanto Infranca (2018) demonstra que o estudo da personalidade é o estudo da subjetividade em Lukács.

Lukács (2013) ao analisar o trabalho, e depois ao compreendê-lo como protótipo de todo pôr teleológico desprende uma separação analítica deste em dois momentos: a objetivação e a alienação. A questão considerada por nós primordial concerne ao fato de que essa análise não se finda na *Ontologia*, primeiramente porque o estudo aprofundado da subjetividade humana é tarefa da Ética que Lukács não escreveu, e por outro lado por Lukács ainda se manter vinculado a uma compreensão estritamente reflexiva da psique humana.

O processo de objetivação do pôr teleológico aliena no produto deste também suas qualidades e recursos subjetivos de quem está na atividade do pôr. O produto do pôr não é objetividade social unicamente por ser lançada no contexto social ou por ser produzida nesse contexto, ela o é porque objetiva em si as qualidades subjetivas estritamente sociais dos sujeitos do pôr. Este processo, de objetivar suas qualidades é concomitante ao

momento que o sujeito do pôr se depara com suas qualidades e recursos subjetivos objetivados no fim do pôr, alienando-se, ou seja, confrontando-se consigo mesmo e com todas as suas características individuais e sociais. O ponto fundamental nisso é que a unidade objetivação-alienação é um processo ativo por parte do sujeito, entretanto essa atividade enfrenta resquícios para ser explicada em termos de reflexo. Para tanto, uma pequena digressão de tradução categorial.

A compreensão que temos da reflexão no senso comum do português, e me parece nas línguas latinas, é traduzida para o alemão como *Spiegelung*. Entretanto, o termo utilizado constantemente por Lukács é *Widerspiegelung*, uma vez que o prefixo *Wider* no alemão tem uma função ativa e geradora por parte do sujeito. Em *Spiegelung* o final do processo, o reflexo [*Betrachtung*], é um resultado passivo que foi refletido por ação de um espelho ou objeto reflexivo. Entretanto, o prefixo *Wider* traz o significado de que a reflexão partiu ativamente de alguém. Em uma palavra podemos traduzi-la como “contrário”, todavia, ele tem um sentido de “jogar algo contra que rebate”. Em suma, a nosso ver quando Lukács se utiliza de *Widerspiegelung* ao invés de *Spiegelung*, assume a posição ativa e geradora da subjetividade no processo de reflexão de um objeto, uma posição filosófica significativa que não encontra terminologia no português².

Entretanto, a existência de um termo adequado em português não resolveria efetivamente o problema da concepção de reflexiva da subjetividade que impera no marxismo. A teoria do reflexo é proposta por Lênin no livro *Materialismo e Empiriocriticismo* (1982), e retomada com maior profundidade dialética nos *Cadernos sobre a Dialética de Hegel* (2011) em que o reflexo, ou a capacidade de reflexão, é uma propriedade inerente de toda matéria. A mesma posição é tomada por Rubinstein (1974) ao definir o reflexo como propriedade da matéria e por isso passível de ser refletido na consciência desde a atividade. A primeira ressalva é termos noção de que Lênin não era psicólogo muito menos um filósofo preocupado com o problema específico da subjetividade. Ao definir a teoria do reflexo o faz de acordo com os problemas materiais e políticos de seu tempo, entretanto, ao que nos consta, jamais limitou os processos de subjetivação ao reflexo, isto é, não definiu o reflexo como a única forma de tomada de consciência. Este princípio será absolutizado no marxismo vulgar stalinista (González Rey, 2016).

² Alguns tradutores trocam reflexão por espelhamento, mas penso que isso não resolve o problema.

Rubinstein (1974) percebeu o problema da teoria do reflexo e da passividade do sujeito nesse processo, e, portanto, complementou a mesma com a propriedade da refração. Contudo constituiu também a refração como propriedade de toda matéria e não como qualidade específica da psique humana. Dessarte, no afã de uma objetividade no marxismo e na constituição de uma psicologia que atendesse a esses critérios, os psicólogos soviéticos, apesar de destacarem o papel ativo do subjetivo no reflexo, eram incapazes de explicar essa atividade partindo de uma unidade psicológica. Na nossa compreensão isso ocorria pela negação de um estatuto ontológico à subjetividade, tarefa que foi recuperada e retomada por Lukács e por Vigotski ao final de sua vida, apesar de ambos não avançarem aos fins últimos suas proposições, em razão de morte.

Após a Revolução de 1917, ocorreu um período de intensa liberdade criativa na sociedade soviética, do qual surgiu a obra "Psicologia da Arte" de Vigotski (1999). Nela, Vigotski analisou questões filosóficas, sociológicas e psicológicas, destacando que a arte não reflete objetivamente a realidade e negando a separação linear entre interno e externo. Ele defendeu que imaginação e emoção são processos integrados, retirando a emoção do campo fisiológico e situando-a como produção cultural. Com a mudança para o instituto de Kornilov, essas ideias foram deixadas de lado devido à influência de abordagens comportamentalistas.

Entre 1925/27 e 1931/32, Vigotski focou em ideias instrumentalistas, desenvolvendo os conceitos de internalização, funções psíquicas superiores e o signo como instrumento. Essas ideias ganharam destaque no Ocidente por sua proximidade com teorias cognitivistas e behavioristas e pela influência da escola de Leontiev. Mesmo com contradições, Vigotski avançou na compreensão da psique como um sistema dinâmico, em que as funções superiores são organizações sociais complexas que se desenvolvem ao longo da vida, fundamentadas na relação de antecendência e consequência, origem de sua conhecida "lei genético-geral do desenvolvimento cultural". Por serem especificamente sociais, as funções psíquicas superiores são fundamentadas em uma relação de antecendência-consequência, que é de onde Vigotski constituiu sua famosa "lei":

Podemos formular a lei genético-geral do desenvolvimento cultural da seguinte maneira: toda função no desenvolvimento cultural da criança se manifesta duas vezes, em dois planos, primeiro o social, depois o psicológico, primeiro entre as pessoas como uma categoria intermental, depois dentro da criança como uma categoria intramental. (1997, p. 106, tradução nossa)

Segundo Gonzalez Rey (2016), a lei genético-geral do desenvolvimento cultural foi retirada de seu contexto original e tornou-se um postulado central na obra de Vigotski, sendo utilizada principalmente para justificar a Teoria da Atividade ao enfatizar o psíquico como efeito direto do contexto social próximo à criança. Contudo, essa interpretação desconsidera a visão sistêmica de Vigotski, que reconhecia o papel fundamental da história de vida dos sujeitos no desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Por conta desse deslocamento de significado, o conceito de situação social de desenvolvimento, definido por Vigotski como essencial para entender o processo de desenvolvimento das funções psíquicas superiores, acaba praticamente ausente nos estudos ocidentais e na própria Teoria da Atividade (González Rey, 2016; 2010). A situação social de desenvolvimento é definida por Vigotski como aquilo que

representa o momento inicial para todas as mudanças dinâmicas que ocorrem no desenvolvimento durante um determinado período. Ela determina total e completamente as formas e o caminho ao longo do qual a criança adquirirá características de personalidade cada vez mais novas, extraindo-as da realidade social como da fonte básica do desenvolvimento, o caminho pelo qual o social se torna o individual. (2012, p. 198, tradução nossa).

Nessa compreensão o psicológico é integrado ao social, em que as influências sociais de cada período de desenvolvimento combinam com o histórico de cada sujeito. Apesar disso, quando definiu que as características da personalidade são extraídas da realidade social, Vigotski continuou trabalhando com a ideia de reflexo. Em síntese, como bem entende Gonzalez Rey (2016), o autor soviético já compreendia a psique em uma forma sistêmica e complexa, mas continuava explicitando estas relações desde categorias antigas e antagônicas a sua nova compreensão. Igualmente, o afetivo ainda aparecia como um catalisador externo para o desenvolvimento cognitivo, o que impedia por exemplo que Vigotski conseguisse desenvolver as emoções como funções psíquicas superiores, devido ao caráter qualitativamente cognitivo.

Mais próximo do final de sua vida Vigotski retomou um conceito inicialmente trabalhado na Psicologia da Arte, a vivência ou *perezhivanie*. Com esse conceito buscou modificar a unidade elementar do desenvolvimento psíquico. Na vivência, está representada a unidade do meio com os recursos alcançados anteriormente pela criança, ela se constitui como unidade da situação social de desenvolvimento (Vigotski, 2018). Especificamente, **“vivência é uma unidade na qual se representa, de modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa –, e, por outro lado, como eu vivencio isso”** (Vigotski, 2018, p. 78, grifos no original). É através da vivência que a criança determina a influência do meio na formação da sua personalidade, *“o momento é refratado através da vivência”* (p. 75, grifos nossos). Percebemos que Vigotski buscava se desvencilhar no campo das categorias teóricas de um problema que já havia superado precisamente no campo da compreensão, mas continuava a se debater constantemente com a questão do reflexo e da refração.

Vigotski encontrou um modo de se desvencilhar desse problema muito próximo de sua morte e este, expresso precisamente no último capítulo de *Pensamento e Palavra*, é o conceito de sentido. Este conceito não foi desenvolvido pelo autor com profundidade, visto que morreu em seguida, entretanto trouxe à tona uma categoria importante que supera minimamente o problema do interno e externo, do afetivo e do cognitivo, questão reconhecida inclusive por Leontiev (1992 *apud* González Rey, 2016) que afirma que muitas ideias teóricas de Vigotski não foram adotadas pela Teoria da Atividade, como por exemplo a de sentido, que foi precisamente ignorada. Segundo Leontiev, o conjunto de ideias que conforma o sistema dinâmico de sentidos *“é a unidade de intelecto e afeto”* (*apud* González Rey, 2016, p. 1038).

Vigotski define o sentido vinculado à palavra ao colocar que *“é a soma de todos os fatos psicológicos que ela [palavra] desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada”* (2020, p. 465), e continua afirmando que o enriquecimento das palavras que o sentido confere é um entrelaçamento de *“conteúdos intelectuais e afetivos”* (2020, p. 466). Apesar deste emergir ou ser gerado de uma visão palavrocêntrica, Vigotski (2020) igualmente analisa e conclui que ele também se separa da palavra e, portanto, se preserva. Esse movimento, em que os sentidos se separam das palavras que os gerou conformato ao seu caráter dinâmico e fluido, constitui um campo de sentidos em que estes *“desaguam*

uns nos outros e como que influenciam uns aos outros” (Vigotski, 2020, p. 469). O processo de retroalimentação deles como um sistema de sentidos pode ser compreendido na análise das emoções que o autor realiza no estudo da psicologia da criatividade do ator:

No processo da vida social, os sentimentos se desenvolvem e as antigas conexões se desintegram; as emoções aparecem em novas relações com outros elementos da vida psíquica, novos sistemas se desenvolvem, novas combinações de funções psíquicas e unidades de uma ordem superior aparecem dentro das quais padrões especiais, interdependências, formas especiais de conexão e movimento são dominantes. (Vigotski, 2012, p. 244, tradução nossa).

Assim, concluindo sua reflexão, Vigotski (2012) entende que o estudo dessas interconexões foi a principal tarefa da psicologia científica para aquele tempo. Em conclusão, o autor constituiu o conceito de sentido e de vivência como unidades para superar a dicotomia pela qual toda a psicologia soviética passou. Devido a sua morte precoce, não conseguiu efetivamente desenvolver esses conceitos em seu caráter categorial. Apesar disso, esse desenvolvimento promoveu avanços significativos que foram criticamente incorporados somente 50/60 anos após sua morte, para a constituição de um estatuto ontológico, a especificidade da psique humana, isto é, a subjetividade.

Influenciado pela Psicologia da Arte e pelas ideias do último Vigotski, Fernando Gonzalez Rey, psicólogo cubano que se estabeleceu no Brasil, realizou seus doutorados na União Soviética, mantendo contato direto com discípulos de Vigotski e aprofundando-se na abordagem cultural-histórica. A partir das apropriações de Vigotski por Bozhovic, Gonzalez Rey desenvolveu sua própria perspectiva, adotando uma postura crítica em relação a elas, e consolidou um estatuto ontológico para a subjetividade, tema central desta seção.

4 O estatuto ontológico da subjetividade

Como discutido nas seções anteriores, a investigação sobre a subjetividade busca superar dicotomias tradicionais como interno-externo, afetivo-cognitivo, individual-social e mente-corpo. Diversas abordagens marxistas, ao tentarem enfrentar essas divisões, acabaram por reificar o externo em detrimento do interno ou por propor soluções que não lograram superar efetivamente tais dicotomias. Nesse contexto, a obra de Lev Vigotski representa uma contribuição decisiva. Embora suas proposições não tenham solucionado integralmente essas questões, elas forneceram avanços significativos

para a compreensão contemporânea da subjetividade, especialmente por meio do conceito de sentido desenvolvido nos últimos anos de sua vida, que evidencia a preocupação com uma psique dinâmica, complexa e sistêmica, capaz de gerar processos apesar de se manifestar como reflexo da realidade.

Esse conceito de sentido permitiu a Fernando Gonzalez Rey desenvolver uma teoria da subjetividade em que seu estatuto ontológico pode ser claramente delineado. A subjetividade deixa de ser compreendida apenas como atributo intrapsíquico ou erro, sendo reinterpretada como um processo simbólico-emocional e, portanto, cultural. De acordo com Gonzalez Rey (2015), a subjetividade, em sua perspectiva cultural-histórica, constitui uma qualidade dos processos humanos inseridos nas condições da cultura, sendo sempre historicamente situada. Nesse sentido, ela transcende a compreensão restrita à experiência íntima e individual, característica da Modernidade. Não se trata de uma propriedade intrínseca da mente humana, mas de uma qualidade específica dos processos humanos, presente em todas as atividades, desde o corpo até as práticas e instituições sociais mais complexas.

A subjetividade não é externa ao sujeito nem se manifesta apenas na individualidade; ela é uma propriedade da objetividade nos sistemas culturais humanos. Funciona simultaneamente como processo individual e social, no qual unidades simbólico-emocionais complexas emergem seguindo uma lógica configuracional composta pelos sentidos subjetivos, pelas configurações subjetivas, pelas subjetividades individual e social, bem como pelo sujeito implicado na ação.

4.1 A lógica configuracional da subjetividade

O conceito de sentido subjetivo, fortemente influenciado pelo pensamento de Vigotski (2020), consolidou-se como fundamento ontológico da subjetividade dentro da perspectiva cultural-histórica. Sentidos subjetivos são unidades complexas de processos simbólico-emocionais, fluxos de experiência que se expressam em múltiplas formas simbólicas e se configuram em estados dominantes. Eles incorporam tanto a história de vida do sujeito quanto sua experiência no presente, possuindo uma plasticidade que impede reduzi-los a estados fixos ou a comportamentos específicos (González Rey, 2017). Esses sentidos não podem ser definidos a partir de essências concretas, podendo apenas ser compreendidos por zonas de inteligibilidade derivadas da multiplicidade de processos que se configuram subjetivamente.

A categoria de sentido subjetivo permite apreender a especificidade da psique humana e, simultaneamente, incorporar ao social a dimensão subjetiva dos processos coletivos (González Rey, 2016). Por meio dessa categoria, a subjetividade reconstrói a psique e suas diferentes formas de produção, tornando-se inseparável das necessidades que ela mesma gera historicamente. Assim, “no nível subjetivo é impossível existir um reflexo objetivo de alguma coisa que não dependa das necessidades do sistema que reflete” (loc. 2254). Tais necessidades se expressam tanto em sujeitos concretos quanto nos contextos sociais em que estes estão inseridos. Dessa forma, a subjetividade não se essencializa em atributos universais, sendo continuamente constituída por processos de produção de sentidos subjetivos, inseparáveis do contexto e das organizações sociais. Em virtude de sua complexidade e dinamismo, a subjetividade é em si mesma inacessível à descrição direta, reconstituindo-se constantemente pela ação dos sujeitos.

O sentido subjetivo define a especificidade do psíquico nas atividades humanas e representa uma condição inédita. Em Vigotski (2020), o sentido está associado à palavra; no sentido subjetivo, essa vinculação não existe. Trata-se de unidades simbólico-emocionais complexas em que os elementos implicam uns aos outros, sem relação causal direta. São processos simbólicos que se manifestam na imaginação e na criatividade, diferenciando-se das operações cognitivas, que lidam com informações externas e ocorrem em plano instrumental (González Rey, 2013). O sentido subjetivo constitui a maneira como o sujeito vivencia subjetivamente suas experiências, sem que haja dimensão objetiva.

Nos sentidos subjetivos, processos simbólicos e emoções não se articulam linearmente. Uma emoção pode envolver múltiplos processos simbólicos, e vice-versa, sem que haja relação causal direta (González Rey, 2016). Em contraste, as configurações subjetivas constituem sistemas relativamente estáveis, ainda que maleáveis ao contexto de ação e experiência (González Rey, 2011). Toda ação é organizada como configuração subjetiva, potencialmente geradora de novos sentidos subjetivos. Essas configurações estruturam a subjetividade, integrando sentidos ligados à personalidade individual e à subjetividade social, ou seja, às relações sociais e à trajetória da ação do sujeito. A configuração subjetiva da ação é inseparável da configuração subjetiva da personalidade, na qual a personalidade atua como geradora de sentidos subjetivos sem determiná-los rigidamente.

As configurações subjetivas incorporam a história individual do sujeito, emergindo de fluxos diferenciados de sentidos subjetivos e produzindo conjuntos convergentes, expressos em estados relativamente estáveis durante a ação ou experiência. Gonzalez Rey (2011) argumenta que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, em que cada momento surge como resultado da organização subjetiva das experiências anteriores, enquanto novos sentidos subjetivos emergem, modificando a rede de configurações dominantes. Esse é o núcleo da lógica configuracional: sentidos subjetivos fluem e podem alterar as configurações relativamente estáveis da subjetividade.

As configurações subjetivas integram sentidos históricos constitutivos da personalidade e outros emergentes da experiência imediata. A personalidade pode ser entendida como o sistema dessas configurações em contextos culturalmente produzidos (González Rey, 2011). O desenvolvimento ocorre nas tensões entre configurações da personalidade e configurações emergentes na ação, gerando novos sentidos subjetivos que retroagem sobre a estabilidade das configurações pessoais. Por exemplo, a relação entre um adolescente e um professor exemplifica esse processo: a interpretação de ações do professor gera sentidos subjetivos que podem modificar as configurações da personalidade do adolescente. Juízos e emoções são indissociáveis, compondo a unidade complexa que caracteriza o sentido subjetivo.

A gênese dos sentidos subjetivos não se explica apenas pelo que ocorre diretamente na experiência imediata, mas também pelas configurações previamente formadas em outros contextos da vida do sujeito. Assim, as configurações subjetivas são produções do sujeito situado em múltiplas tramas sociais, recriadas por sua imaginação (González Rey, 2013).

A subjetividade configura-se como um sistema, integrado por configurações diversificadas em diferentes contextos e momentos da experiência humana (Martinez; González Rey, 2017). Ela combina dois níveis interrelacionados: subjetividade individual e social. Os sentidos subjetivos gerados em cada nível não são externos entre si, mas momentos distintos de um mesmo sistema (González Rey, 2016). A subjetividade social organiza discursos, mitos, representações e ideologias que caracterizam a cultura em um tempo e espaço específicos, influenciando de maneira diferenciada a subjetividade individual. Gonzalez Rey (2008, p. 234) observa que a subjetividade social integra sentidos e configurações de diferentes espaços sociais, de modo que conflitos familiares,

por exemplo, refletem não apenas relações concretas, mas significados subjetivos mediados por experiências em outros contextos.

A subjetividade social, nesse sentido, é o elemento mais maleável da constituição da socialidade (González Rey, 2016). Sua capacidade de se ajustar rapidamente a novos contextos é essencial para a adaptação humana, como evidenciam situações de guerra ou catástrofes, em que novos processos subjetivos são produzidos rapidamente. Compreender a subjetividade social dessa forma permite explicar por que determinados grupos se adaptam com maior facilidade a adversidades.

Finalmente, a subjetividade social é um espaço de integração em que sentidos subjetivos e configurações de diferentes contextos se entrelaçam, produzindo sistemas dominantes de sentido. Tais sistemas são moldados por relações de poder, hábitos e valores culturais, influenciando diretamente quem são os indivíduos e grupos sociais que produzem sentidos subjetivos ao longo da ação (González Rey, 2008). A produção subjetiva não decorre apenas da organização espontânea das relações sociais, mas é mediada por códigos, valores e relações de poder, consolidando sentidos e configurações subjetivas que orientam a vida social e individual.

5 Como emerge um sujeito? Questões sobre subjetividades estranhadas no diálogo Lukács e Gonzalez Rey

A organização subjetiva da sociedade, sua subjetividade social, não é um reflexo de seus sistemas constituintes e suas estruturas, mas uma produção que se nutre desses sistemas, processos e fatos sociais. Estes, por fim, se constituem subjetivamente como sentidos. Os processos da subjetividade social são representações sociais hegemônicas, sistemas normativos formais e informais, sistemas discursivos, religiosidade, mitos, códigos morais e emocionais de relação. Estes processos são gerados socialmente, mas “implicam ação subjetivamente comprometida de indivíduos, grupos e instituições” (Mitjans Martinez, 2020, p. 71)

O sujeito representa as possibilidades de particularização que indivíduos e grupos têm dentro da subjetividade social posta. Devido a isso ele está sempre atrelado ao caráter processual e tenso que caracterizam a vida social, em que se abre a possibilidade de mudanças permanentes e, por vezes, inesperadas. Sujeito é aquele que exerce legitimidade desde seu pensamento, reflexão e decisões. Gonzalez Rey (2016) afirma que

o indivíduo tem sempre duas opções na subjetividade social, subordinar-se às várias ordens subjetivamente configuradas pela institucionalização desses espaços nos quais se desenvolve, ou gerar alternativas que lhe permitam uma singularização da sua socialização nesses espaços, que por vezes desembocam em mudanças nas configurações subjetivas sociais. Estas opções levaram Gonzalez Rey e Mitjans Martinez (2017) a diferenciar agente de sujeito, conceitos que não são estáticos nem a-históricos, muito menos substantiados em uma condição subjetiva específica. São grupos e indivíduos, explicam os autores, com capacidades de se posicionar e gerar, a partir destes posicionamentos, processos que estão para além do seu controle ou consciência. Os dois são ativos frente os processos sociais e à experiência no curso da sua vida, porém distintos. O agente produz sentidos subjetivos de forma ativa no curso de sua participação social, os quais se vinculam a essa subjetividade social que está imersa, e não produz sentidos subjetivos que abrem espaço para uma reconfiguração subjetiva individual e social. O sujeito é quem abre uma via própria para sua subjetivação, que vai além da subjetividade social configurada onde suas experiências acontecem, tomando ações criativas sobre elas que podem ou não se expressar na própria ação.

Toda criação subjetiva põe em risco a subjetividade social institucionalizada que se vê ameaçada, e, portanto, coloca limites àquelas subjetivações novas deste sujeito. Portanto, a emergência de um sujeito como via própria de subjetivação em um contexto social é cheia de tensões e possibilidades. Pensemos por exemplo pensar na chegada de uma professora nova em uma escola, com muitas ideias e pensamentos divergentes daqueles instituídos. Existem diversas possibilidades do que pode ocorrer, dentre elas que a professora paralise suas subjetivações criativas e se torne agente dessa subjetividade social, ou que a própria subjetividade social seja fortemente reconfigurada por essas novas produções subjetivas e se transforme minimamente. A questão também, e aqui penso em um ponto a ser desenvolvido na teoria da subjetividade, é que a posição de poder que esta nova professora assume quando chega, modifica a forma como as subjetivações ocorrem. Quando falamos de posição de poder nos referimos a com que cargo ela chega à escola, se como diretora, ou como uma liderança educacional estabelecida na rede de ensino, ou como liderança sindical etc. Todas essas posições influem na maneira como a subjetividade social instituída será tocada pelo curso dos acontecimentos.

Esta forma de compreendermos a subjetividade social, a emergência de sujeitos e a constituição de agentes, nos permite entender, por exemplo, os processos de indisciplina na escola. É usual que os bons alunos sejam aqueles cujas subjetivações estejam em consonância com a configuração subjetiva da escola, enquanto os estudantes indisciplinados ou altamente criativos que colocam em xeque esta subjetividade, geram sentidos subjetivos alternativos e conflitantes com a subjetividade social dominante. Estes processos aparecem, por exemplo, na chegada de um estudante com deficiência em uma turma, e o contínuo movimento de luta social para uma educação inclusiva desses estudantes demonstra como atuam as subjetividades sociais e individuais no curso dessa luta.

É necessário aqui novamente reforçar que a concepção de agente não se refere à passividade dos indivíduos frente as subjetividades sociais. Não há indivíduos ou grupos passivos, uma vez que no curso de suas experiências sempre produzem sentidos subjetivos. A questão primordial se dá com relação ao fato de que nos agentes sua ação subjetiva, suas subjetivações não transgridam o espaço normativo institucionalizado na subjetividade social. Por outro lado, a emergência de sujeitos não está necessariamente atrelada a um resultado positivo, seja pela possibilidade dessas novas subjetivações serem podadas pela subjetividade social configurada, gerando uma série de traumas e inibições, seja pelas novas subjetivações que desembocam em configurações que não desenvolvem o sujeito que emerge.

Isto traz à tona uma discussão sobre a articulação entre a emergência de sujeitos e o desenvolvimento subjetivo, fundamental para compreendermos os processos de aprendizagem.

Vamos retomar a célebre definição de sujeito de Gonzalez Rey e Mitjans Martinez (2017) em que a pessoa, ou grupo, emerge como sujeito ao abrir “uma via própria de subjetivação, que transcende o espaço social normativo dentro do qual suas experiências acontecem, exercendo opções criativas no decorrer delas, que podem ou não se expressar na ação” (p. 73). Aqui aparecem duas dimensões, dois momentos da emergência do sujeito. Ao dizermos que o sujeito é aquele que cria uma via própria de subjetivação nos referimos ao momento individual do processo, enquanto ao afirmarmos que transcende o espaço social normativo constituímos a dimensão social criativa e ativa. A abertura de uma via de subjetivação se refere sempre à “abertura” e não a uma possibilidade concretizada. Posto isto, essas subjetivações novas que transcendem o espaço normativo

podem não se consolidar por ocorrerem especificamente dentro de um campo de relações sociais em que se produzem diversos sentidos subjetivos. A emergência do sujeito está sempre atrelada à configuração subjetiva da ação, e, portanto, não há como dizer que determinado grupo ou indivíduo é sujeito ou agente, não são categorias estanques que o definem. No curso de uma ação o sujeito pode emergir, mas como está sempre atrelado a esta ação, indivíduos e grupos são continuamente agentes e sujeitos.

As reconfigurações subjetivas que se expressam e se constituem no curso de vias singulares de subjetivação dos sujeitos se configuram subjetivamente em um processo de desenvolvimento. Segundo Rossato (2022) o desenvolvimento subjetivo implica na emergência de configurações que geram novos recursos e processos subjetivos nas mais variadas áreas da vida de um indivíduo ou grupo, um processo que em grande parte está além da consciência que se tem dele. Muniz (2020) adverte que desenvolvimento subjetivo não é sinônimo de desenvolvimento psíquico, visto que existem operações de natureza intelectual, sensorial ou perceptiva que não constituem desenvolvimentos subjetivos. Segundo a autora, no desenvolvimento psíquico é possível estabelecer padrões entre indivíduos, ao ponto que no subjetivo não é possível fixar etapas dessa forma justamente em virtude da singularidade de cada desenvolvimento subjetivo. Rossato e Mitjans Martinez (2011; 2013) explicam o desenvolvimento subjetivo como mudanças subjetivas que impactam, ganham certa estabilidade e são capazes de desencadear outras mudanças, gerando novos níveis qualitativos de organização subjetiva. Estas mudanças, conforme explicado por Santos e Mitjans Martinez (2019), *podem* constituir-se em desenvolvimento subjetivo, e em uma posição mais amadurecida dos dois mais importantes referenciais da Teoria da Subjetividade compreende-se este como

[...] a emergência de novas configurações subjetivas capazes de gerar o desenvolvimento de novos recursos subjetivos que permitam ao indivíduo mudanças qualitativas em áreas diversas da vida e que lhe geram um envolvimento pessoal cada vez mais profundo na área em que a configuração subjetiva do desenvolvimento se organiza (MITJANS MARTINEZ; González Rey, 2019, p. 17)

Frequentemente esse desenvolvimento ocorre em detrimento do enfrentamento de desafios que requerem novos recursos subjetivos para impactar positivamente nas ações das pessoas em diferentes contextos (MUNIZ, 2020). Este desenvolvimento

subjetivo pode ser compreendido, por exemplo, na ação do aprender em que o sujeito cria caminhos alternativos, problematizando o dado e avançando em novas linhas de pensamento e ação não estabelecidos até então. Este tipo de emergência do sujeito possibilita que a ação do aprender e o desenvolvimento subjetivo andem em conjunto. A qualidade do desenvolvimento nunca está vinculada ao tipo de tensionamento ou desafio enfrentado, mas ao vivenciamento desse desafio por parte do indivíduo e grupo e dos sentidos subjetivos gerados por eles.

Uma questão importante é que a emergência do sujeito pode promover um desenvolvimento subjetivo no curso da ação, entretanto, esta não é obrigatória para que o desenvolvimento ocorra. Tanto agente quanto sujeito podem configurar subjetivamente em desenvolvimento. Segundo Rossato (2020), as mudanças subjetivas que podem promover o desenvolvimento subjetivo são constituídas como um circuito tetralógico de ordem-desordem-interações/reencontros-organização, em que se rompe com uma visão linear e vertical em prol de uma concepção processual e configuracional com início e fim constituindo o mesmo processo. A mudança subjetiva é este fluxo em que o relacionamento das interações com a ordem provoca desordem, enquanto esse encontro com a desordem promove uma organização e o ordenamento de sentidos subjetivos, estabelecendo um “equilíbrio dinâmico” (Rossato, 2020, p. 171).

Desenvolver-se subjetivamente é avançar na geração de sentidos subjetivos de novo tipo que se estabilizam em configurações subjetivas, constituindo recursos subjetivos os quais permitem ao sujeito ou agente responder plenamente a novos contextos sociais e experiências no curso da sua ação. Entretanto, o que impede o desenvolvimento subjetivo? E por fim, desenvolvimento subjetivo é desenvolvimento humano integral?

Se nem todo tipo de emergência do sujeito promove o desenvolvimento subjetivo, se torna necessário nos questionar que tipo de emergências de sujeitos desembocam em *involuções subjetivas*, ao passo de também entendermos se todo desenvolvimento subjetivo do ponto de vista objetivo do Ser Social é efetivamente um desenvolvimento humano.

A subjetividade é uma qualidade da objetividade do Ser Social, assim como toda dimensão subjetiva deste implica uma dimensão objetiva, ou seja, uma implica a outra, sem necessariamente serem causas de si. Lukács (2013) demonstra isso na análise do trabalho e na sua divisão em momento ideal e momento real. O uso do termo momento implica necessariamente a compreensão de determinação de reflexão entre os

momentos que constituem uma unidade na diferença, isto é, nem uma posição que absolutiza a objetividade é capaz de explicar os diversos complexos sociais do Ser Social, como nem uma posição que absolutiza o subjetivo consegue o fazer. Antes do desenvolvimento da Teoria da Subjetividade de Gonzalez Rey, as teorias marxistas explicavam o Ser Social a partir de uma perspectiva objetivista, recorrendo, quando tratavam da subjetividade, à teoria do reflexo ou a fundamentos externos ao marxismo, como a psicanálise. Gonzalez Rey mantém uma base essencialmente marxista, porém reformula-a criticamente, incorporando contribuições de diferentes tradições teóricas. Como já advertira Vigotski (1999), não se trata de subordinar a psicologia ao marxismo, mas de estabelecer uma relação indireta, uma vez que o materialismo dialético não oferece categorias diretas para explicar objetos de outras ciências. Assim, Gonzalez Rey propõe compreender a subjetividade como dimensão constitutiva do Ser Social, superando a redução lukácsiana da subjetividade à objetividade. Enquanto Lukács explica o processo de objetivação a partir da teoria do reflexo, limitando-se à dimensão objetiva do Ser Social, Gonzalez Rey enfatiza o caráter criativo, simbólico e processual da subjetividade. Para ele, a cultura se constitui como sistema simbólico produzido pelos sujeitos, expressão da imaginação e da criatividade humanas. Ainda que o simbólico possua objetividade, esta é sempre mediada por sua gênese subjetiva. Nesse sentido, Gonzalez Rey rompe com o reflexo como explicação da subjetividade e a concebe como instância ontológica ativa e geradora do próprio social.

Gonzalez Rey e Lukács se complementam ao conceberem a relação entre subjetividade e objetividade do Ser Social. Enquanto o primeiro explica como os processos simbólicos subjetivos se objetivam em sistemas sobre a realidade, Lukács destaca que toda objetivação é uma exteriorização criadora do sujeito. O desenvolvimento subjetivo articula dimensões individuais e sociais, emergindo no curso da ação social configurada subjetivamente. O contexto social institui normas que orientam sentidos subjetivos, mas não os determina, pois há sempre possibilidade de emergência do sujeito. Assim, escolhas humanas, mesmo em contextos alienados, expressam vias alternativas de subjetivação e desenvolvimento humano.

Como explicamos anteriormente, a emergência do sujeito ocorre no curso da configuração subjetiva da ação demarcada em um contexto socialmente configurado, entretanto, em toda configuração subjetiva da ação está implicada a personalidade desse

sujeito que no fluxo de sentidos subjetivos gerados influencia diretamente essa produção. Explicitamente, a emergência de um sujeito pode promover o desenvolvimento subjetivo, uma mudança subjetiva em que surgem novos recursos subjetivos capazes de responder situações sociais adversas e que se confrontam com essa realidade social. Contudo, o desenvolvimento subjetivo não implica necessariamente em um desenvolvimento humano integral quando este sujeito que emerge, abre uma via de subjetivação marcada por sua personalidade configurada subjetivamente pelos espaços de subjetividade social estranhada ou que aponta para uma configuração subjetiva social estranhada.

Tomemos um exemplo de uma escola que tem configurada subjetivamente uma postura aberta e positiva frente à inclusão de estudantes com deficiência, isto é, a educação inclusiva é dominante neste ambiente social e impele aos indivíduos e grupos que o compõe na mesma direção. A chegada de um professor resistente à ideia da inclusão, defensor de uma política de separação desses estudantes em escolas especiais e com uma posição biomédica da deficiência como “algo que falta no estudante”, o coloca em confronto com a subjetividade social da escola. Este professor tem uma configuração subjetiva da personalidade marcada por sentidos subjetivos que convergem de forma alternativa à subjetividade social da escola. Desse ponto, ele pode emergir como sujeito abrindo vias de subjetivação à subjetividade social estabelecida e constituir um conjunto de recursos subjetivos para justificar e reforçar subjetivamente sua posição. No curso da configuração subjetiva da ação, este professor gera recursos subjetivos novos por vias alternativas à subjetividade social, tendo, portanto, se desenvolvido subjetivamente frente ao tensionamento que viveu. Entretanto, esse desenvolvimento subjetivo aponta para uma direção contrária do desenvolvimento humano integral como partícipe do Ser Social, pois nega a humanidade e o direito de subjetivações a estudantes com deficiência, promovendo a exclusão e reforçando uma posição individualista. Este professor emergiu como sujeito, mas o fez de forma estranhada, em descompasso com as possibilidades humanas de desenvolvimento subjetivo.

Podemos compreender então que um desenvolvimento subjetivo que esteja em descompasso com o desenvolvimento do Ser Social em sua dimensão subjetiva é estranhado. Não há na teoria da subjetividade uma discussão do impacto dessas relações estranhadas nas subjetivações de indivíduos e grupos. Em determinado ponto Gonzalez Rey (2019) até aponta para a necessidade de uma investigação

aprofundada das ideologias, colocando que, como mencionado anteriormente, o estranhamento é na educação um fenômeno ideológico, na subjetividade, no entanto, não esmiúça os detalhes da temática.

As relações sociais estranhadas existem, são relações desumanas que coisificam e reificam os sujeitos, os transformam em seres objetivos. Desse princípio não podemos negar o caráter central dessa discussão para a dimensão subjetiva. As subjetividades sociais estranhadas são, conforme o exemplo que analisamos, configurações subjetivas que se estabilizam e geram sentidos subjetivos que apontam para a desumanização, a reificação das relações, a coisificação dos sujeitos e para a objetividade da humanidade.

O estranhamento é uma objetividade social, visto que é constituído nas relações sociais desumanizadas e que impedem o desenvolvimento integral dos sujeitos como integrantes do gênero humano. Nesse sentido, ele se estabelece socialmente como um conjunto de sistemas simbólicos, criados e imaginados, que impactam configurações subjetivas sociais e individuais no curso da ação de indivíduos e grupos. Estas configurações que se organizam como dimensões subjetivas dos estranhamentos são o que compreendemos por subjetividades sociais estranhadas.

O sistema de notas e créditos é um sistema simbólico que produz inteligibilidade sobre aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. O fato dele produzir informações confiáveis sobre essa aprendizagem e desenvolvimento é outra discussão. A questão é que esse sistema simbólico gera um conjunto de configurações subjetivas sociais voltadas ao controle e à passividade, e como já analisamos anteriormente, não há passividade nos indivíduos, entretanto pode ocorrer limitação e controle sobre vias de subjetivação alternativa. Este sistema simbólico específico, institucionalizado desde a ideologia da certeza matemática³, gera um sistema de configurações subjetivas sociais sobre a escola que impelem aos sujeitos que nela agem um tipo específico de subjetivação, como seguimento de ordens, linearidade nas ações e meritocracia.

³ Referimo-nos, com essa expressão, à crença de que instrumentos quantitativos de avaliação — notas, médias, créditos — oferecem uma representação objetiva e neutra da aprendizagem, ocultando seu caráter socialmente construído e as relações de poder nele implicadas (Wagner, 2024)

6 Considerações Finais

O percurso teórico desenvolvido neste artigo permite afirmar que a subjetividade, longe de constituir um resíduo idealista a ser expurgado do pensamento marxista, configura-se como dimensão ontologicamente constitutiva do ser social. A análise crítica das concepções modernas e pós-modernas evidenciou que tanto o racionalismo cartesiano-kantiano quanto as leituras fenomenológicas e pós-estruturalistas, cada qual a seu modo, aprisionaram a subjetividade em uma interioridade solipsista ou a dissolveram em pura discursividade, negando-lhe, em ambos os casos, autonomia ontológica própria. Essa dupla armadilha — o subjetivismo idealista e o objetivismo que o combate espelhando seus próprios pressupostos — atravessou também boa parte da psicologia soviética, cuja hegemonia da Teoria da Atividade, ao converter a atividade em supercategoria explicativa, reproduziu a dicotomia entre interno e externo que pretendia superar, mantendo a subjetividade refém de uma lógica reflexiva incapaz de reconhecer seu caráter gerador.

Nesse contexto, o resgate da obra tardia de Vigotski, com os conceitos de sentido e vivência, revelou-se decisivo para a abertura de uma via alternativa, ainda que o autor não tenha logrado desenvolvê-la sistematicamente em razão de sua morte precoce. Da mesma forma, a contribuição lukácsiana, ao situar a atividade subjetiva no cerne do pôr teleológico e ao reconhecer na unidade objetivação-alienação um processo ativo do sujeito, representou um avanço decisivo frente ao marxismo vulgar-mecanicista. Contudo, como se procurou demonstrar, Lukács permaneceu tributário da teoria do reflexo — ainda que em sua versão ativa, o *Widerspiegelung* —, o que o impediu de romper definitivamente com a subordinação do subjetivo ao objetivo.

É precisamente nesse ponto que a Teoria da Subjetividade de González Rey se apresenta como síntese superadora: ao conceber a subjetividade como qualidade simbólico-emocional dos processos humanos, socialmente configurada e historicamente situada, o autor rompe com o reflexo como paradigma explicativo e a estabelece como instância ontológica ativa e geradora do próprio social. A lógica configuracional proposta — articulada pelos sentidos subjetivos, pelas configurações subjetivas e pela dialética entre subjetividade individual e social — permite compreender a emergência do sujeito não como atributo fixo, mas como possibilidade sempre aberta e tensionada, que pode ou não se traduzir em desenvolvimento subjetivo efetivo.

Nesse sentido, a categoria de subjetividades sociais estranhadas, proposta neste trabalho em diálogo com a ontologia lukácsiana, aponta para um campo ainda pouco explorado na Teoria da Subjetividade: a possibilidade de que processos de emergência do sujeito e mesmo de desenvolvimento subjetivo ocorram em descompasso com o desenvolvimento humano integral, reforçando relações de desumanização, coisificação e reificação.

Cabe reconhecer, todavia, os limites deste estudo. Trata-se de uma investigação de natureza eminentemente teórica e bibliográfica, que não se propôs a investigar a categoria de subjetividades sociais estranhadas em contextos concretos, permanecendo, portanto, no plano da elaboração conceitual. Ademais, o diálogo entre Lukács e González Rey, embora fecundo, não esgota as possibilidades de aproximação entre a ontologia do ser social e a perspectiva cultural-histórica, havendo ainda zonas de tensão — sobretudo quanto ao estatuto da teoria do reflexo — que mereceriam tratamento mais detido em trabalhos futuros. A própria noção de estranhamento, tal como articulada aqui, carece de maior aprofundamento quanto às suas mediações ideológicas específicas, tarefa que o próprio González Rey (2019) reconhece como pendente.

Como perspectivas futuras, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas, sobretudo no campo educacional, que investiguem a produção e os efeitos das subjetividades sociais estranhadas em contextos institucionais concretos, como o das políticas de inclusão, avaliação e meritocracia mencionadas ao longo do texto. Recomenda-se, igualmente, o aprofundamento teórico da relação entre ideologia, ontologia e subjetividade, de modo a consolidar essa categoria como instrumento analítico robusto para a compreensão dialética e criadora da experiência humana, capaz de superar os dualismos clássicos sem incorrer em novos reducionismos.

7 Referências

DELARI JUNIOR, Achilles. Vigotski: consciência, linguagem e subjetividade. Campinas: Alínea, 2013.

GONZÁLEZ REY, Fernando. A Re-examination of Defining Moments in Vygotsky's Work and Their Implications for His Continuing Legacy. *Mind, Culture, And Activity*, v. 18, n. 3, p. 257-275, 2011. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/10749030903338517>.

GONZÁLEZ REY, Fernando. A saúde na trama complexa da cultura, das instituições e da sociedade. In: Fernando González Rey; José Bizerril. (Org.). Saúde, cultura e subjetividade: uma referência interdisciplinar. 1ed. Brasília: UniCEUB, 2015.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Advancing on the Concept of Sense. Motives In Children'S Development, p. 45-62, 31 out. 2011. Cambridge University Press. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/cbo9781139049474.005>.

GONZÁLEZ REY, Fernando. La subjetividade um perspectiva cultural-histórica: avanzando sobre um legado inconcluso. Revista Cs, v. 1, n. 11, p. 19-42, 3 jun. 2013. Universidad Icesi. DOI: <http://dx.doi.org/10.18046/recs.i11.1565>.

GONZÁLEZ REY, Fernando. O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Editora Vozes Limitada, 2016.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Subjetividade: teoria, epistemologia e método. Campinas, SP: Alínea, 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Subjetividad social, sujeto y representaciones sociales. Diversitas. Bogotá, v. 4, p. 17-35, 2008.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Subjectivity in debate: some reconstructed philosophical premises to advance its discussion in psychology. Journal For The Theory Of Social Behaviour, [S.L.], v. 49, n. 2, p. 212-234, 8 fev. 2019. Wiley. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/jtsb.12200>.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Investigación cualitativa y subjetividade. Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala, ODHAG, 2006.

GONZÁLEZ REY, Fernando. O pensamento de Vigotsky: contribuições, desdobramentos e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2010. 292 p.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Epistemología cualitativa y subjetividad. São Paulo: EDUC, 1997.

HEIDEGGER, Martin. O Ser e o Tempo Parte I e II. Editora Vozes, 2005.

HUSSERL, Edmund. A Ideia da Fenomenologia. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

INFRANCA, Antonino. O estranhamento na ontologia do ser social. Revista Novos Rumos, v. 55, n. 1, p. 59-71, Faculdade de Filosofia e Ciências, 30 jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.04.p59>.

LENIN, Vladimir Ilyich. Cadernos sobre a dialética de Hegel. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LENIN, Vladimir Ilyich. Materialismo e Empiriocriticismo. Lisboa: Edições Avante, 1982.

LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. Activity and Consciousness. In: KULESHOV, Vadim. Philosophy in the USSR: problems of dialectical materialism. Moscow: Progress Publishers, 1977. p. 180-202

LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978

LUKÁCS, Georg. Conversando com Lukács: Entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz. São Paulo: Instituto Lukács, 196 p, 2014.

LUKÁCS, Georg. El asalto a la razón. Fondo de Cultura Economica, México, 1959.

LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética marxista sobre a categoria da particularidade. Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, Georg. Marxismo ou Existencialismo? Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. Ensaio sobre literatura, v. 2, p. 43-51, 1965.

LUKÁCS, Georg. Para uma ontologia do ser social vol 2. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

LUKÁCS, Georg. Para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, v. 1, 2012.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando. Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjás; REY, Fernando Luis Gonzalez. A preparação para o exercício da profissão docente: Contribuições da Teoria da Subjetividade. In: Maristela Rossato; Vannuzia Peres. Formação de educadores e psicólogos: Contribuições e desafios da subjetividade na perspectiva cultural-histórica. 1ed. Curitiba: Appris, v. 1, p. 11-33, 2019.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Aprendizagem criativa: desafios para a prática pedagógica. In: NUNES, Cláudio Pinto. Didática e formação de professores. Ijuí: Unijuí, p. 93-124, 2012.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Subjetividade social: desafios de um conceito. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjás; TACCA, Maria Carmen; PUENTES, Roberto Valdés. Teoria da Subjetividade: discussões teóricas, metodológicas e implicações na prática profissional. Campinas, Sp: Alínea, p. 180-208, 2020.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; González Rey, Fernando. Psicologia, educação e aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

MUNIZ, Luciana. Constituição e desenvolvimento da subjetividade nos primeiros meses de vida e na aprendizagem criativa da leitura e da escrita. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjás; TACCA, Maria Carmen; PUENTES, Roberto Valdés. Teoria da Subjetividade: discussões teóricas, metodológicas e implicações na prática profissional. Campinas, Sp: Alínea, p. 196-210, 2020.

ROSSATO, Maristela. A complexidade da subjetividade como um sistema configuracional em desenvolvimento In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; TACCA, Maria Carmen; PUENTES, Roberto Valdés. Teoria da Subjetividade: discussões teóricas, metodológicas e implicações na prática profissional. Campinas, Sp: Alínea, p. 196-210, 2020.

ROSSATO, Maristela. A Emergência do sujeito em diferentes contextos de pesquisa e práticas sociais. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; TACCA, Maria Carmen; PUENTES, Roberto Valdés. Teoria da subjetividade como perspectiva crítica: desenvolvimento, implicações e desafios atuais. Campinas, Sp: Alínea, p. 175-208, 2022.

ROSSATO, Maristela; MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. Desenvolvimento da subjetividade: análise de histórias de superação das dificuldades de aprendizagem. Psicologia Escolar e Educacional, v. 17, n. 2, p. 289-298, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85572013000200011>.

ROSSATO, Maristela; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. A superação das dificuldades de aprendizagem e as mudanças na subjetividade. In: Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência, p. 71-107, 2011.

RUBINSTEIN, Sergeï Leonidovich. El desarrollo de la psicología: principios y métodos. Editora del Consejo Nacional de Universidades, 1974.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva; MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. Changes in teachers' subjectivity in the context of inclusive education. In: González Rey, F; Mitjáns Martínez, A; Goulart, D.M. (Org.). Subjectivity within cultural-historical approach: theory, methodology and research. 1ed. Singapore: Springer, 2019, v. 1, p. 117-131.

TERTULIAN, Nicolas. Marx: uma filosofia da subjetividade. Tr. Juarez Duayer, outubro, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, n.10, 2004.

TERTULIAN, Nicolas. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. Perspectiva, 27 (2), 375-408, 2010. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2009v27n2p375/15286>.

TERTULIAN, Nicolas. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. Perspectiva, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 375-408, 26 out. 2010. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2009v27n2p375>.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à Ontologia do ser social, de Lukács. Archivum, p. 150, 1984.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à Ontologia do ser social, de Lukács. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.54-69.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Mind in society: Development of higher psychological processes. Harvard university press, 1978.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. O significado histórico da crise da psicologia: Uma investigação metodológica. In: Teoria e Método em Psicologia. (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2a ed., 1999. (Manuscrito originalmente concluído em 1927).

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Psicologia da arte. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Sete aulas de LS Vigotski sobre os fundamentos da pedologia. Tradução de Zoia Prestes, Elizabeth Tunes, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. The collected works of LS Vygotsky: The history of the development of higher mental functions. Springer Science & Business Media, vol. 4, 1997.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. The Collected Works of LS Vygotsky: Child Psychology. Springer Science & Business Media, 2012.

YASNITSKY, Anton; VEER, René van Der. Revisionist Revolution in Vygotsky Studies. London: Routledge, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315714240>. Acesso em: 26 jul. 2022.

WAGNER, Guilherme. As subjetivações matemáticas e a emergência do sujeito na Educação Matemática: uma perspectiva histórico-cultural. Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, Uberlândia, v. 8, publicação contínua, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/OBv8.e2024-47>.

Recebido: outubro/2025

Aprovado: junho/2026